

JORNAL DO BRASIL

ANO 115 - Nº 216

SEXTA-FEIRA, 20 DE JANEIRO DE 2005

GRATIS Ogua semanal da diversão carioca

Programa

DA VINCI DECODIFICADO
Espaço do filme que revela a fazenda mágica e a história da invenção da máquina da Vinci, mestre da pintura renascentista

PAIS & FILHOS
Muito Coração: Brasil e o mundo. História e fatos interessantes da vida de uma criança.

Bolívia enfrenta maré de descrença

Descrenças na política, as bolivianas não sabem que esperar em termos políticos do governo que toma posse domingo. Aguardam, esperançosas, medidas concretas que melhorem o cotidiano, em forma de televisão especial Clara Corcoran. PÁG. A6

Impostos crescem o dobro da economia

Brasileiros pagaram R\$ 364 bi no ano passado, 5,6% mais do que em 2004

- Apesar das promessas do governo de alívio fiscal, especialistas calculam que a carga tributária subiu para 38% da riqueza nacional. PÁGS. A17 E A18
- Investimentos estrangeiros no setor produtivo caíram 17% em 2005, com incertezas políticas e baixo crescimento. Gastos com turismo batem recorde. PÁG. A19
- Brasil, Argentina e Venezuela acertam a construção de gasoduto de US\$ 25 bilhões. Em clima de campanha, Lula visita hoje a Baixada Fluminense. PÁG. A4

ACM chama petistas de assassinos no Congresso

O senador ACM Magalhães e Alvaro Mercadante fizeram uma declaração ACM acusou os petistas de assassinato do prefeito de Curitiba Celso Daniel. O líder do governo na Sena da sessão "Quem matou? Esta matéria não é conclusiva em si mesma". PÁG. A2

Lenny vira xodó do Flu e Alex Dias perde cartaz

O início de campanha to causa efeitos opostos na rotina de dois atletas. Com três gols, Lenny, de 17 anos, credencia-se a novo ídolo do Fluminense. Em confronto contra o Vasco na Justiça, Alex Dias vira alvo de retórica para estabelecer a sua diferença com a mídia. PÁG. A29



CINCO campees mundiais, Zagalfo, Nelson Santos, Carlos Alberto Torres, Bebeto e Alexão, num encontro histórico, receberam a TACA DA COPA DO MUNDO, que foi exposta hoje, num 9h às 18h, no Forte de Copacabana. Pela primeira vez, o título polêmico foi exibido, num total de 31 campees.

MALRÓ SANTAYANA

Até que ponto as de Malrós querem para que aumente a seriedade da sucessão presidencial

CRIME ORGANIZADO

B

Anatomia dissecada

Peça teatral, arte contemporânea e exposição médica exploram o corpo humano

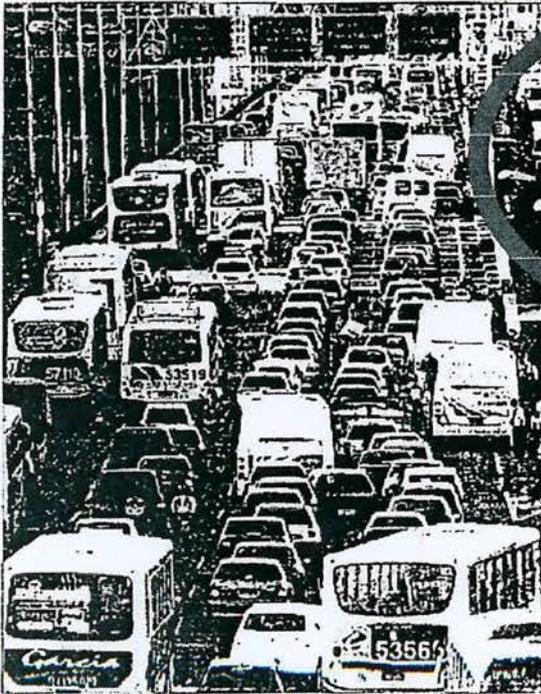
FI DE GOIAS

Vereadora impede investigação parlamentar

PÁG. A5

O TEMPO

... ..



A FUGA: Interpol busca a mulher para quem o marido previsto por governo brasileiro participou de um atentado. Ela fugiu para o México. PÁG. A14

CPI DOS CORREIOS

Depósito de R\$ 104 milhões une PSDB e Valério

Glória do Jornal do Brasil, na matéria a respeito da CPI dos Correios revela que uma conta da agência SMPA II, do empresário Marcos Valério, no Banco Industrial e Comercial S/A recebeu, em 1997 e 1998, R\$ 104 milhões de duas empresas públicas sob a administração de governadores mineiros: Nivaldo Cavalcanti e Carlos Tinoco. O governador de Minas recomendou a contratação de Roberto Basso da IPTV, o governador de Mato Grosso do Sul recomendou a contratação de Luizinho de PT. PÁG. A3

CRIME DA SAÚDE

Contraste térmico

Exigência de menor da Saúde do Brasil em 1997 período

CRIME ORGANIZADO

Túmulo de traficante é atacado a granadas

nº 03/2005 - CN -

MI - CORREIOS

Fis. Nº 1

Doc: 3566

CPI lança suspeita sobre tucanos

Daniel Pereira e Tina Vieira

Entidades públicas administradas pelo PSDB teriam depositado R\$ 104 milhões na conta de empresa de Marcos Valério

BRASÍLIA - A CPI dos Correios demonstrou ontem que tem munição contra o PSDB. Uma nota técnica à disposição da comissão revela que uma conta no Banco Industrial e Comercial S/A (Bicbanco), da agência SMP&B São Paulo, de propriedade de Marcos Valério Fernandes de Souza, recebeu em 1997 e 1998 cerca de R\$ 104 milhões, em valores atualizados em novembro de 2005, de duas entidades públicas sob responsabilidade de governantes tucanos. Como no caso das operações efetuadas no governo atual, a CPI suspeita de desvio de recursos públicos para alimentar partidos políticos.

Além disso, vislumbra a possibilidade de comprovar que Marcos Valério opera esquemas de drenagem do erário pelo menos desde meados da década passada. Obtido pelo Jornal do Brasil, a nota técnica aponta depósitos e ordens de crédito a favor da SMP&B São Paulo efetuados pela Telesp, então empresa de telecomunicações do Estado de São Paulo, e pela Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Em ambos os casos, o enredo não é original e envolve, por exemplo, pagamentos superfaturados por serviços não comprovados e saques em dinheiro vivo. A atenção da CPI dos Correios está voltada, sobretudo, para o relacionamento entre a Telesp e a agência de Marcos Valério. Entre abril de 1997 e setembro de 1998, a empresa despejou na conta da SMP&B São Paulo cerca de R\$ 41 milhões, em valores da época, ou R\$ 73,3 milhões, em números atualizados em novembro de 2005 com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

A maioria dos depósitos ocorreu antes das eleições gerais de 1998 e da privatização da Telesp, realizada em julho daquele ano. A nota técnica menciona indícios de que os depósitos "podem ter apresentado irregularidades na sua utilização capazes de caracterizar desvio de recursos públicos". Entre os indícios, destaca-se o fato de o contrato entre a Telesp e a SMP&B São Paulo prever o pagamento de, no máximo, R\$ 4 milhões. Ou seja, dez vezes menos do que o total depositado na conta da agência de Marcos Valério.

Diante da disparidade dos números, o presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral (PT-MS), enviou ofício à Telesp questionando se foram fechados outros contratos de prestação de serviço no período sob investigação e a relação discriminada dos pagamentos deles resultantes. Em resposta à CPI, a empresa declarou a existência apenas do contrato de R\$ 4 milhões, assinado pelo então diretor Carlos Eduardo Sampaio Doria. Eleito deputado federal pelo PSDB em 1998, Sampaio Doria também foi presidente da Telesp.

Hoje, ocupa o cargo de diretor de controle econômico e financeiro da Agência de Transportes do Estado de São Paulo e tem assento no conselho consultivo da Fundação Mário Covas, governador de São Paulo entre 1995 e 2001, quando faleceu. Na resposta à CPI dos Correios, a Telesp reconheceu ainda que "para alguns dos pagamentos realizados não estão disponíveis as informações sobre subcontratada, tipo de serviço e valor dos honorários, em razão do modo de arquivamento anterior ao período de privatização e além do prazo legal de sua manutenção".

- Isso é gravíssimo, é um crime - disse o relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), sobre os desembolsos realizados sem previsão contratual comprovada e sem a respectiva prestação de serviço.

Também causa espécie aos técnicos da comissão o fato de a SMP&B ter repassado recursos para seis empresas que teriam sido abertas apenas para receber dinheiro oriundo do caixa da Telesp. As notas emitidas pelas empresas eram seqüenciais, ou seja, sinalizam que a então estatal era a única cliente delas. Todas as empresas são controladas pelos irmãos Ricardo.

Secretário-Geral do PSDB e relator adjunto da CPI, o deputado Eduardo Paes disse não ontem que não vê "nenhum problema" em relação à nota técnica.

- Se houver indícios que justifiquem a investigação, ela deve ser feita. Seria preciso saber quem são os sacadores do dinheiro e com quem eles se relacionavam - ponderou.

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls. Nº <u>2</u>
Doc: <u>3566</u>

ISA JORNAL DO BRASIL

Felipe, afirmou que "graças a Deus, os dois casos de óbito por dengue no Rio, na verdade, eram leucemia e apendicite".

Em Queimadões, o presidente usara jargões das mais conhecidas cartilhas políticas, como ao garantir que estuda a possibilidade de instalar a refinaria da Petrobras em Itaguaí, um

pleito dos prefeitos aliados da Baixada. Este é um dos conflitos com o governo do estado, defensor da instalação em Campos, cidade natal de Garotinho.

- Os prefeitos me procuram para dizer que a Baixada precisa do pólo, porque é a mais pobre e numerosa. Não posso decidir ainda, mas

não governo apenas com a racionalidade da cabeça, e sim com a sensibilidade do coração - afirmou, parafraseando Napoleão Bonaparte que dizia: "O coração de um homem de estado deve estar na sua cabeça".

Leia amanhã no JB a redução de eleitores do PT no Rio

Conselho recomenda cassação de deputado do PL

Apontado como beneficiário do valerioduto, Wanderval Santos vai recorrer

RENATA MOURA

BRASÍLIA - O Conselho de Ética decidiu ontem, por 10 votos contra três, recomendar ao plenário a cassação do mandato de Wanderval Santos (PL-SP). O parlamentar é o segundo da lista de acusados de envolvimento com o valerioduto a ter o pedido de cassação aprovado pelo Conselho.

Apontado como beneficiário de R\$ 150 mil das contas de Marcos Valério de Souza, Wanderval já avisou que vai recorrer da decisão. O que pode significar um atraso de pelo menos duas semanas para que seu destino seja selado pelo plenário da Câmara.

A secretária do conselho informou que enviará a decisão para publicação no diário oficial da Casa na segunda-feira. Só então, o presidente da Câ-

mara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), fará a leitura da recomendação no plenário e abrirá o prazo de cinco sessões para que a defesa se manifeste, no caso de recursos.

- Considero a decisão viciada. Vou recorrer à CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e se for o caso até ao Supremo - desabafou Wanderval ao deixar o plenário 11 das comissões onde, após quase três horas de debates, ocorreu seu julgamento.

De acordo com dados fornecidos pelo Banco Rural, um assessor do deputado foi identificado como sacador de R\$ 150 mil. A defesa argumenta que o parlamentar apenas cedeu seu funcionário a pedido do ex-deputado Carlos Rodrigues (PL-RJ), para pres-

tar serviço particulares.

Os longos debates ontem antes da votação foram motivados pelo voto em separado apresentado pelo deputado José Carlos Araújo (PL-BA). Segundo ele, seu colega de bancada não poderia ser condenado pelo conselho uma vez que não se apropriou dos recursos para benefício pessoal. Araújo ainda questionou o voto do relator do processo, Chico Alencar (PSOL-RJ), que abordou fatos

não mencionados na representação que veio das CPIS dos Correios e do Mensalão.

Também correram em defesa do deputado, Ângela Guadagnin (PT-SP), Josias Quintal (PSB-RJ) e Edmar Moreira (PFL-MG). Para o grupo, está

claro que houve omissão por parte do deputado. No entanto, segundo eles, a perda de mandato recomendada por Alencar é algo "desproporcional ao delito".

- Por coerência sempre considerarei importante uma modificação no nosso Código de Ética. Porque cada caso é um caso e temos de ter mais opções para penas alternativas - avaliou a petista Guadagnin.

Edmar Moreira chegou até a declarar que "o ex-bispo Carlos Rodrigues inocentou Wanderval", ao se ausentar do Parlamento. Primeiro parlamentar a renunciar depois de estourar o escândalo do mensalão, Rodrigues foi convidado por diversas vezes a depor no conselho, mas se recusou. O relator Chico Alencar retrucou os argumentos e conseguiu arrebatar dez votos.

Recurso vai atrasar processo que termina no plenário

CPI investiga depósitos suspeitos

DANIEL PEREIRA E
TINA VIEIRA

BRASÍLIA - Integrantes da CPI dos Correios afirmaram ontem que a comissão investigará os depósitos de cerca de R\$ 104 milhões realizados em 1997 e 1998 em conta bancária da agência SMPB de propriedade de Marcos Valério Fernandes de Souza, por duas entidades públicas sob responsabilidade de governos do PSDB. São elas: a

Telesp, então estatal de telecomunicações de São Paulo, e a Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Como pairam sobre as operações suspeitas de desvio de recursos públicos para financiar partidos políticos, parlamentares prometem quebrar os sigilos das empresas e pessoas físicas envolvidas, além

de convocá-las para depor.

- É preciso saber quem são os sacadores e com quem eles se relacionam - disse Eduardo Paes (PSDB-RJ).

O caso da Telesp terá prioridade na investigação. Entre abril de 1997 e setembro de 1998, a empresa depositou R\$ 41 milhões na conta da agência de Valério no Bicbanco, apesar de o contrato prever o desembolso de, no máximo, R\$ 4 milhões. O contrato foi assinado pelo então diretor da Telesp



Presidência da República
Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica
RADIOBRÁS - Empresa Brasileira de Comunicação S.A.

Fls. N° 3

Doc:

3566

03/2005 - CN
CORREIOS

Carlos Eduardo Sampaio Doria, eleito deputado federal pelo PSDB em 1998.

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), classificou de "crime" o pagamento pela Telesp de um valor dez vezes maior do que o previsto em contrato e o desembolso por um serviço cuja execução não é comprovada.

A comissão quer saber o destino de recursos depositados pela então estatal na conta da SMPB São Paulo e depois repassados para seis empresas de propriedade dos irmãos Ricardo e Rubens Otsuka. Todas as empresas te-

riam sido abertas apenas para receber dinheiro da agência de Marcos Valério e jamais declararam Imposto de Renda.

Requerimentos apresentados pelo deputado Carlos Abicalil (PT-MT) e pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC) pedem a quebra dos sigilos bancário e fiscal dos irmãos Otsuka e das empresas por eles controladas.

Entre julho de 1997 e março de 1999, a Fundacentro depositou cerca de R\$ 30,6 milhões na conta da SMPB. Em ação apresentada à Justiça, o Ministério Público requer a devolução de R\$ 12,3 milhões aos cofres públicos.

Dinheiro seria para entidades comandadas pelo PSDB

STF nega acesso a dados

BRASÍLIA - O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, concedeu liminar que impede a utilização dos dados obtidos com a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do empresário Roberto Carlos Kurzweil, envolvido no chamado caso Cuba, a suposta doação de US\$ 3 milhões à campanha do PT em 2002 pelo governo daquele país. Kurzweil é dono dos Omegas utiliza-

dos pelo ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares e, segundo a revista *Veja*, pelo ex-secretário de Palocci Ralf Barquete para transportar os dólares.

Jobim determinou que o presidente da CPI, o senador Efraim Morais (PFL-PB), não busque os dados da quebra de sigilo. Caso os dados sigilosos já estejam em poder da comissão, Jobim estabelece que "se abstenha de utilizá-los, devendo permanecer lacrados e sob sua custódia" até nova decisão do Supremo.

A defesa de Kurzweil entrou no STF com mandado de segurança para impedir a utilização dos dados dos sigilos requeridos pela CPI dos Bingos. (FP)

INFORME JB

Pauta do Judiciário avança no Senado

O Senado pode aprovar nesta semana dois projetos da reforma do Judiciário destinados a dar mais celeridade ao serviço prestado à população. Ambos alteram o Código de Processo Civil e estão na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. Se forem aprovados, seguirão para o plenário.

Um dos textos impede a apresentação de recurso contra atos do juiz que não tenham conteúdo decisório e autoriza os tribunais a determinar diligências para sanar falhas no processo. Hoje, quando uma falha é detectada, o tribunal tem de devolver o processo para o juiz de primeira instância, que promove os acertos necessários e devolve os autos. Impera a burocracia.

Já o segundo texto dá aos tribunais a competência para disciplinar o uso de meios eletrônicos na comunicação dos atos processuais e regulamenta o pedido de vista, definindo prazo máximo para sua concessão. Os dois projetos já foram aprovados pela Câmara, que é acusada pelo Senado de emperrar a votação de matérias relevantes para o país. Passando pelo crivo dos senadores, seguirão para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Aparando arestas

As alterações no Código de Processo Civil constavam da pauta da CCJ da semana passada. Um pedido de vista coletivo adiou a votação para permitir ajustes nos textos, defendidos por oposição e governo.

Equipe modesta

Será composta de três parlamentares, sendo um de oposição, a comitiva da CPI dos Correios que viajará aos Estados Unidos, no fim do mês, em busca de dados sigilosos da conta bancária de Duda Mendonça em Miami.

Chicote no mordomo

O presidente da CPI dos Correios, senador Delcídio Amaral (PT-MS), diz que a equipe terá apenas três integrantes, incluindo ele, para que a imprensa não acuse a comissão de patrocinar "mordomia".

Meu garoto

Chamou a atenção dos participantes do jantar oferecido pela bancada do PMDB no Senado a Luiz Inácio Lula da Silva o elogio do presidente ao líder do governo na Casa, Alorazio Mercadante, pré-candidato ao governo de São Paulo pelo PT.

RQS nº 03/2005 - CN
CPMI - CORREIOS

Fls. Nº 4

3500

Doc:

VOLKSWAGEN
Luiz Marinho, ministro
do Trabalho, é acusado de
envolvimento nas orgias da empresa

ISTO É Dinheiro

REVISTA SEMANAL DE NEGÓCIOS, ECONOMIA, FINANÇAS & E-COMMERCE

SERRA!

26 DE OUTUBRO/2005 Nº 424

ISSN 1414-7645

R\$ 7,50



00424



9 771414 764000

**Pesquisas de opinião
o colocam na cabeça.
Mas ele é um produto
que tem sido comprado
pelo que vale ou pela
lembrança de marca de
eleições passadas?**

E MAIS:

- *O esboço do plano econômico*
- *A estratégia de marketing para popularizar sua imagem*
- *O desempenho como administrador*

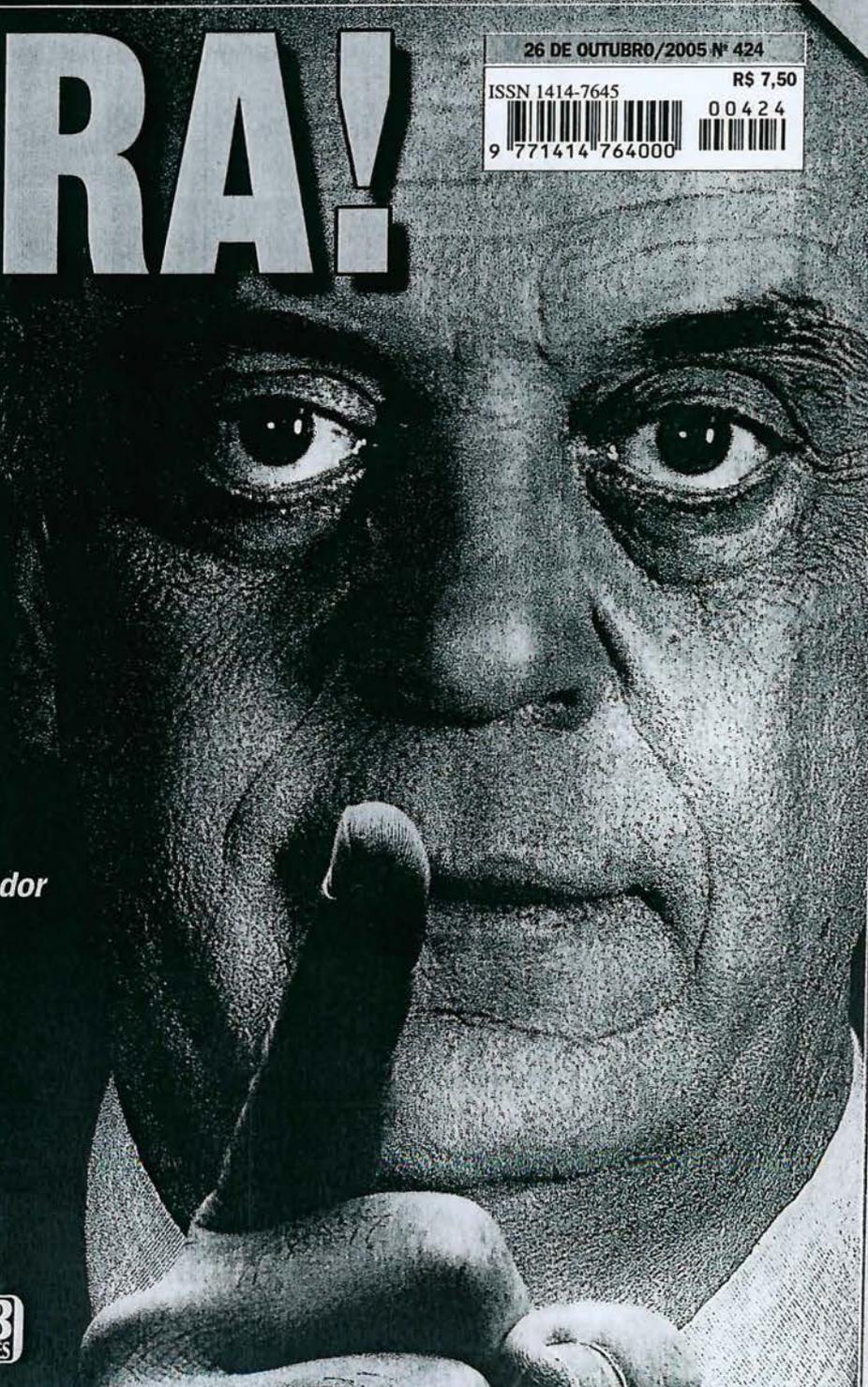
NESTA EDIÇÃO

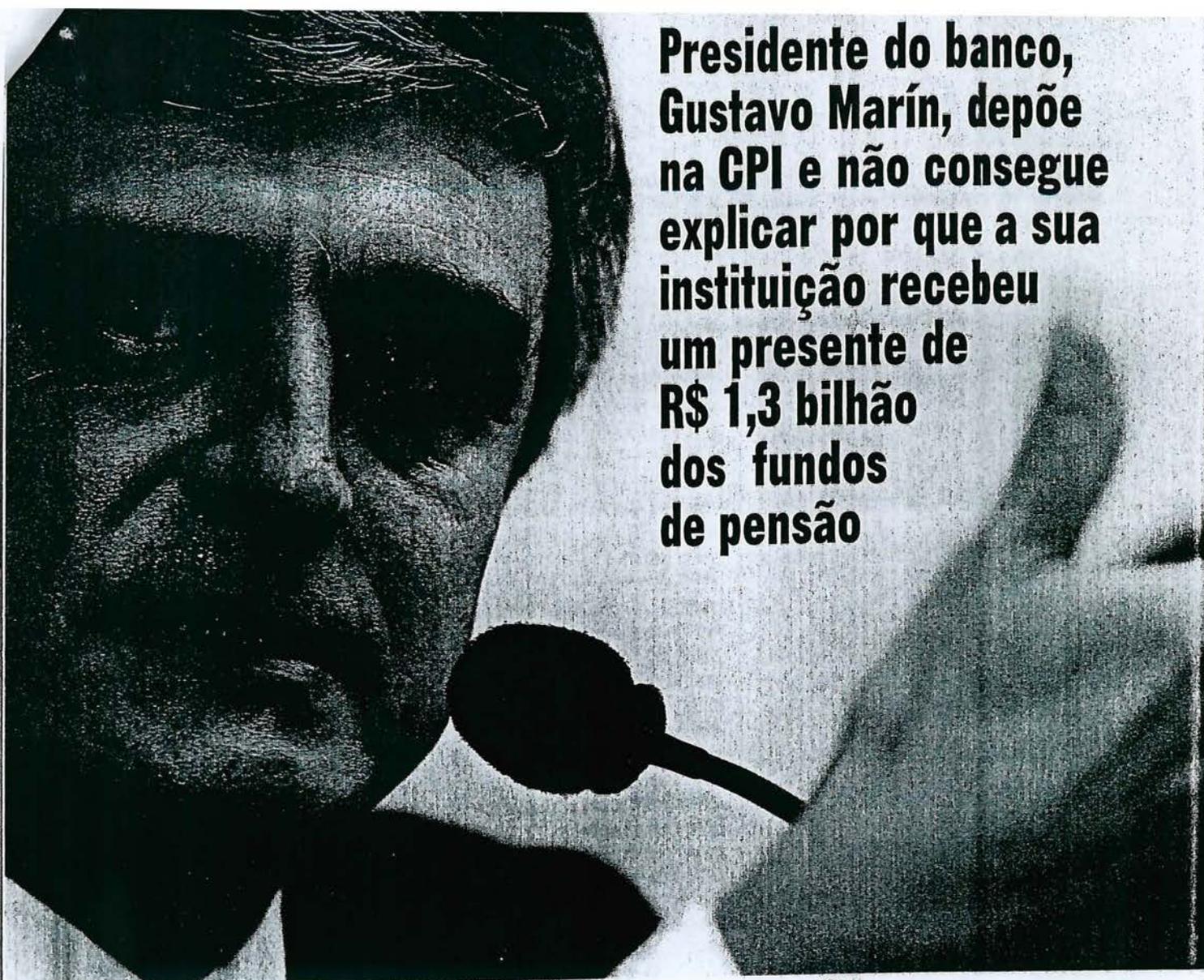
**PANDEMIA: O PÂNICO
DA GRIPE DO FRANGO**

**MULHERES: COMO ELAS
GASTAM US\$ 2 TRILHÕES**

**FITTIPALDI: AGORA FAZ
BARCOS DE US\$ 7,5 MI**

**TELEFONIA: UM NOVO
NEGÓCIO NA INTERNET**





Presidente do banco, Gustavo Marín, depõe na CPI e não consegue explicar por que a sua instituição recebeu um presente de R\$ 1,3 bilhão dos fundos de pensão

AS CONTRADIÇÕES DO **CITI**

No dia em que o Citibank, em Nova York, anunciava um lucro trimestral de US\$ 7,1 bilhões, seu presidente no Brasil, Gustavo Marín, vivia momentos constrangedores em Brasília. Chamado a depor na CPI do Mensalão, o uruguaio Marín ficou seis horas diante de deputados e senadores. Ao lado do advogado Sérgio Spinelli, procurador do Citigroup, Marín estava ali para tentar explicar por que os fundos de pensão nacionais se comprometeram a comprar as ações do Citi na empresa de telefonia Brasil

RQS nº 03/2005 - CN -
CPMI - CORREIOS
Fls. Nº 6
Doc: 3506

CPI DO MENSALÃO

MARÍN
Ele omitiu
informações
sobre o caso
Kroll e não
convenceu os
parlamentares

Telecom pagando um ágio de 240% em relação ao valor dos papéis em bolsa – o Citi poderá receber R\$ 1,3 bilhão das fundações estatais em 2007. Tal acordo, assinado no início deste ano, vem sendo considerado ilegal pelo Tribunal de Contas de União. “Se eu estivesse no lugar dos fundos, teria feito a mesma coisa”, disse Marín. “Transferimos valor do Citigroup para os fundos de pensão”, reforçou Spinelli, indicando que o maior grupo financeiro do mundo foi até generoso na negociação. **Mas nenhum dos dois depoentes convenceu os ouvintes. “Tenha paciência”, disse o relator Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG) ao advogado Spinelli.** Abi-Ackel disse até que irá aprofundar as investigações sobre o

Citi. Em vários momentos, Marín foi questionado sobre casos de corrupção do Citibank ao redor do mundo (*leia quadro ao lado*). “Cometemos erros, que foram corrigidos”, admitiu.

Na prática, os dois caíram em contradições e omitiram fatos importantes no depoimento. Marín foi indagado pelo deputado José Rocha (PFL-BA) sobre a contratação da Kroll, uma empresa de inteligência, pela Brasil Telecom. “Soube disso pelos jornais”, disse Marín. No entanto, em março de 2004, o executivo Paulo Caldeira, do Citi em Nova York, trocou mensagens eletrônicas com representantes da Kroll. Nos e-mails, Caldeira agendou encontros entre os homens da Kroll e Mike Carpenter, um dos principais executivos do Citi, que estava interessado em monitorar as investigações. **Ao ser confrontado com o fato, Marín mudou a versão. Confirmou saber das reuniões havidas entre executivos do Citi e da Kroll.** O deputado Júlio Redecker (PSDB-RS) também tocou em uma outra ferida, ao indagar Marín sobre os honorários advocatícios de R\$ 20 milhões que os fundos de pensão estariam pagando na guerra judicial para assumir o controle da Brasil Telecom. “Parte do dinheiro pode ter sido usada na rede de corrupção do PT”, disse Redecker. Algumas de suas indagações foram precisas. O deputado quis saber se a advogada Mônica Góes, que teria recebido a maior parte dos honorários, atuou no caso e se Spinelli, o procurador do Citi, estava sendo investigado pela Polícia Federal por suposta “antecipação de decisões judiciais”. Spinelli confirmou a contratação de Mônica, mas disse desconhecer as investigações a seu respeito. Marín também foi questionado sobre processos judiciais que estaria respondendo no Uruguai, sua terra natal.

Outro ponto polêmico do depoimento foi fruto das questões levantadas pelo deputado Fernando Coruja (PPS-SC). O parlamentar indagou Marín sobre as reuniões que ele teria tido com Antônio Palocci, ministro da Fazenda, e José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil, a respeito do caso Brasil Telecom.

PROBLEMAS PELO MUNDO

ITÁLIA, 2005

Citi é proibido de operar devido a fraudes com títulos alemães

EUA, 2005

Banco fica impedido de atuar em operações de fusão e aquisição

CHINA, 2005

Executivo de banco estatal é preso por receber propina do Citi

JAPÃO, 2004

Autoridades japonesas mandam banco fechar suas agências no país

Marín disse que os dois ministros garantiram que o caso era uma mera disputa comercial privada, na qual o governo Lula não pretendia intervir. E o que teria feito, então, o Citi mudar de lado na disputa, trocando o Opportunity, seu antigo aliado, pelos fundos de pensão? “Nosso próprio interesse”, disse Marín. No entanto, **o deputado Abelardo Lupion (PFL-PR) lembrou que o Opportunity, antigo gestor da Brasil Telecom, havia feito uma proposta superior pelas ações do Citi na Brasil Telecom, pagando à vista.** “Não aceitamos porque perdemos a confiança no gestor”, disse Marín. Mais uma vez, ele não convenceu. “Isso não faz sentido algum”, garante o senador Heráclito Fortes (PFL-PI). “Ficou evidente que há uma operação política nessa história, envolvendo muito, mas muito dinheiro”. ■

Finanças

Fis. Nº 7

3566

Doc:

TÍTULOS DA DÚVIDA

Notas dos tempos do Império valem até hoje?

ALEXANDRE TEIXEIRA

O advogado e historiador Habib Badião cansou de brigar sozinho. Depois de quase uma década de entreveros com o Tesouro Nacional numa disputa sobre a validade ou não de títulos públicos emitidos da época do Império até o governo Geisel, ele acaba de fundar uma associação para defender os interesses dos portadores desses papéis amarelados pelo tempo. Na tarde da quarta-feira 19, a Associação Nacional dos Mutuários da Dívida Pública (Amdip) realizou seu primeiro encontro nacional

R\$ 60 bilhões

é o valor estimado dos títulos prescritos

em um tradicional hotel de São Paulo. Reuniram-se ali cerca de 200 pessoas, donas de pedacinhos das dívidas interna e externa do País que o Tesouro, a Fazenda Nacional e a Receita Federal consideram prescritos. Elas são apenas a ponta visível de um iceberg, uma vez que **Badião estima que haja mais de 5 mil famílias detentoras de títulos antigos**, principalmente no interior de São Paulo e Minas Gerais e também no Rio de Janeiro. "Essas pessoas são levadas a acreditar que os papéis são moeda podre, mas vamos provar legalmente que essa dívida não prescreve", promete

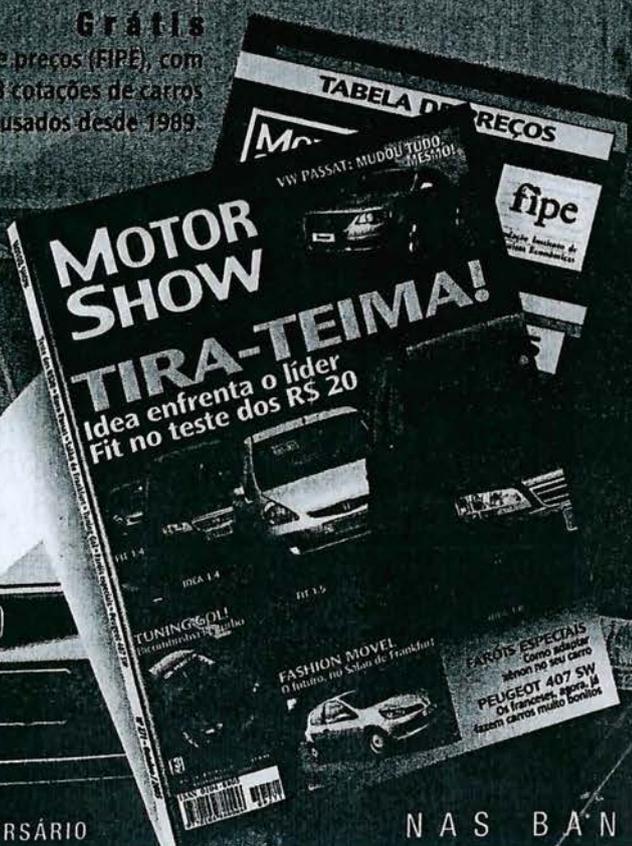


BADIÃO, DA AMDIP:
"Vamos provar legalmente que a dívida pública não prescreve"

o presidente da Amdip. Se conseguir, Badião ressuscitará um esqueleto no armário da República que ele próprio avalia em R\$ 60 bilhões.

Este mês, a revista Motor Show comemora seu aniversário de 11 anos colocando dois rivais frente a frente - contra o embate entre Honda Fit e Fiat Idea e salta quem levou a melhor nesse supercomparativo. Nesta edição especial você também vai conhecer o novo Passat, as tendências do Salão de Frankfurt e os segredos dos faróis de xênon. Passe na banca e comemore com a gente!

Grátis
Tabela de preços (FIPE), com 6.358 cotações de carros novos e usados desde 1989.



Motor Show:
há 11 anos colocando lenha na fogueira.



ASSINE QUEM + Marie Claire e GANHE Bolsa de Verão de Reinaldo Lourenço



www.epoca.com.br

ASSINE JÁ BOLETIM FALE

CONTEÚDO

- Exclusivo Online
- Sumário da revista
- Melhores capas
- Edições anteriores
- Edições especiais

BUSCA

BUSCAR

CANAIS

- Matérias de capa
- @'s da Edição
- Entrevistas
- Colunistas
- Joyce Pascowitch
- Saúde

BOLETIM

Clique aqui para receber o boletim

SERVIÇOS

- Fale Conosco
- Expediente
- Anuncie
- Assine já
- Época na Educação

REVISTAS

- Pequenas Empresas & Grandes Negócios
- Globo Rural
- Marie Claire
- Criativa
- AutoEsporte
- Galileu
- Casa e Jardim
- Crescer

BRASIL

Enviar matéria Comente Assine já

BRASIL

O homem da Guaranhuns

Apontado como doleiro chique de São Paulo, Lúcio Funaro é investigado por envolvimento com fundos de pensão e empresas do mensalão

LEANDRO LOYOLA

Os detetives do mensalão estão muito interessados num rapaz de 31 anos, operador do mercado financeiro, patrimônio declarado de R\$ 12 milhões. Lúcio Bolonha Funaro, conhecido como um doleiro chique de São Paulo, pode ser o dono secreto da Guaranhuns, empresa de fachada que movimentou milhões de reais do esquema Delúbio Soares-Marcos Valério. Dias atrás, emissários de Funaro consultaram um procurador da República e sugeriram que o doleiro poderia colaborar com investigações sobre o caso Banestado e sobre o mensalão. Ele se sente acuado. A CPI dos Correios montou operação pente-fino para rastrear aplicações suspeitas realizadas por fundos de pensão de empresas estatais. Lúcio Funaro é um dos principais investigados. O tema é tão espinhoso que na semana passada a bancada governista na CPI conseguiu evitar a quebra de sigilo de 11 corretoras que causaram prejuízos aos fundos.

A equipe vai trabalhar para uma sub-relatoria criada recentemente na CPI. Foram requisitados técnicos do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) e de uma empresa de consultoria contratada pela CPI. "Temos informações de que Funaro é um doleiro, que seria o verdadeiro dono da Guaranhuns e teria conexões importantes com os fundos de pensão", diz o deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA). Funaro despontou quando a Guaranhuns, constituída por ele em 1999, apareceu como intermediária de R\$ 6,5 milhões enviados por Valério ao ex-deputado Valdemar Costa Neto, presidente do PL, em 2003.

Parlamentares da CPI e o Ministério Público acham que a Guaranhuns era usada em esquemas de lavagem de dinheiro. Um forte indício é a movimentação financeira da empresa. A Receita Federal comparou os dados da CPMF e da renda declarada pela Guaranhuns entre 2000 e 2003 e descobriu que ela girou muito mais dinheiro do que contou ao Fisco. Em 2002, por exemplo, movimentou 168 vezes mais do que ganhou. Passaram R\$ 45,4 milhões por suas contas bancárias, mas seus donos declararam ter recebido apenas R\$ 270 mil.

"Não tenho nada a ver com a Guaranhuns desde 2001", afirmou Funaro três semanas atrás. Depois disso, não atendeu mais a reportagem de ÉPOCA. Oficialmente, ele transferiu a empresa para os nomes de José Carlos Batista e da Esfort Trading, uma offshore com sede no

Doleiro enviava helicóptero para buscar Valdemar Costa Neto

POS nº 03/2005 - CN -
CORREIOS
Fls. Nº 9
3566
Doc:

☛ QUEM
☛ Infantis
☛ NET TV
SITES GLOBO
☛ Editora Globo
☛ TV Globo
☛ Rádio CBN
☛ Globo Online
☛ O Globo On Line
☛ Diário de S. Paulo

Uruguai. Mas, em depoimento à CPI dos Correios, o doleiro Toninho da Barcelona disse que Funaro é o homem por trás da Guaranhuns. "Funaro é o dono. O José Carlos recebe salário para assinar pela empresa", diz outro operador do mercado de câmbio em São Paulo. Comprovantes bancários mostram que a conta de Batista recebe depósitos de empresas de Funaro. Esse é apenas um dos indícios de que o suposto dono da empresa não passa de um testa-de-ferro do doleiro. Mas há outras pistas ainda. O endereço da Guaranhuns, na verdade um terreno baldio nos arredores de São Paulo, é o mesmo de uma das empresas do doleiro, a Viscaya. O escritório de contabilidade que presta serviços para a Guaranhuns também é o mesmo que trabalha para duas empresas de Funaro, a Viscaya e a Erste Banking (hoje rebatizada Stockolos Avendis). Outra coincidência: as cobranças dos serviços contábeis da Guaranhuns, da Erste e da Viscaya vão juntas para o endereço comercial de Funaro.

O ex-deputado Valdemar Costa Neto, que recebeu dinheiro da Guaranhuns, nega ser íntimo de Funaro. Sustenta que os dois foram apresentados há cerca de um ano e meio, por um amigo em comum. Faz questão de frisar que isso aconteceu bem depois dos repasses de Marcos Valério pela Guaranhuns. Pessoas que conhecem Funaro dizem o contrário. Costa Neto freqüentava o escritório do doleiro e chegava num helicóptero alugado por Funaro, vindo do edifício Helbor Tower, em Mogi das Cruzes, onde fica o escritório do amigo em comum.

Jovem e rico, Funaro está envolvido com fundos de pensão e agora quer colaborar com o Ministério Público em investigações sobre doleiros

A curiosidade da CPI não se resume ao submundo da Guaranhuns. Funaro tornou-se alvo porque seu nome aparece em pelo menos dois inquéritos na Comissão de

Valores Mobiliários. Um deles envolve quatro fundos de pensão que teriam perdido de propósito R\$ 100 milhões em operações com ações, contratos de dólar e índice Bovespa. O dinheiro passou para as corretoras Bônus-Banval e Laeta e terminou nas contas de José Carlos Batista, da Esfort Trading (os controladores da Guaranhuns) e da Erste Banking, outra empresa de Funaro. A Laeta é a corretora pela qual Funaro faz boa parte de seus negócios. A Bônus-Banval, corretora que repassou R\$ 6,5 milhões de Marcos Valério, tem Funaro entre seus clientes.

Funaro é amigo íntimo de Dario Messer e Richard van de Mol Otterloo, dois dos maiores doleiros do país - e tem negócios com eles. As contas de suas empresas, Guaranhuns, Erste Royster, Viscaya e Cingular, registram diversos depósitos em nome de jogadores de futebol, como Rivaldo e Edmundo, e empresários. Por causa da grande movimentação nas contas bancárias, Funaro e José Carlos Batista foram intimados por dois bancos a encerrar suas contas. Uma importante corretora do mercado financeiro também cortou Funaro de sua lista de clientes. Os responsáveis pelo controle de risco não gostaram de algumas operações que ele fizera tendo do outro lado - sempre eles - fundos de pensão.

AS PEGADAS DE FUNARO Doleiro ajudou a pagar mensalão, é investigado por fraudar fundos de pensão, está na lista da corretora Bônus-Banval e tem como clientes jogadores de futebol e empresários
AS EMPRESAS
Guaranhuns Fez pagamento de R\$ 6,5 milhões de Marcos Valério ao deputado Valdemar Costa Neto, presidente do PL. Ofi-cialmente, não pertence

RQS nº 03/2005 - C
CPMI - CORREI
Fls. Nº 70
Doc: 3506

mais a Funaro, mas a um colega seu, José Carlos Batista

Royster

Recebeu de-pósitos da empresa Natimar, por onde passaram recursos de Marcos Valério. Fez diversos pagamentos à corretora Bônus-Banval, envolvida no mensalão

Viscaya

Fez diversos pagamentos de operações com dólares para clientes como empresários e jogadores de futebol, como Antônio Carlos (Juventude), Marcelinho (Brasiliense), Jardel (Goiás), Rivaldo (Olympiakos) e Edmundo (Figueirense)

Erste Banking

(hoje denominada Stockolov Avendis) Aparece em inquérito da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como beneficiária em operações suspeitas com fundos de pensão

Laeta DTVM

Corretora de valores da qual Funaro opera. Aparece em inquérito da CVM como intermediária de operações suspeitas com fundos de pensão

 Assine já Imprimir Envie por e-mail

Copyright © 2005 - Editora Globo S.A. - Termos legais

É proibida a reprodução do conteúdo desta página em qualquer meio de comunicação, eletrônico ou impresso, sem autorização escrita da

RQS nº 03/2005 - CN - CPMI - CORREIOS
Fls. Nº <u>11</u>
Doc: <u>3566</u>

Perfil De Companhia

Updated: 27-may-05

Laeta S.A. DTVM

Companhia confidencial internacional e multinacional

Dr. Av. Cardoso De Melo 1666, 1o. Fl., Sao Paulo 04548-005, Brasil

55 1134899033, fax 55 1134899205

SIC Preliminar: Facilidades Da Confiança De Nondeposit

NAICS Preliminar: Atividades da confiança, as fiduciários, e da custódia

Experian AML Solutions

Prevent money laundering and comply with federal regulations

Free Business Plans

Free software, forms, and tools for small business in emerging markets

Going Global?

Internationalization Services Globalization Assessments

Ads by Google

Compre este perfil de companhia \$29,95

Acesso em linha imediato.

Subscriva para somente \$49,95 por o mês.

Alcance sobre 450.000 perfis mês à subscrição do mês, nenhum comittment a longo prazo!



Veja um perfil da amostra

Já um subscritor? **Início de uma sessão para ver o perfil cheio**

Por que Compra Este Perfil De Companhia?

Prospecting das vendas

Análise do competidor

Avaliação do vendedor & do fornecedor

Avaliação e análise do cliente

Planeamento estratégico

Que é incluído?

Contatos & Oficiais

Vista geral Da Companhia

Financeiros Da Companhia

Divisões & Subsidiárias

Companhias Comparáveis

Associações De Negócio

Notícia & Informação

Chronology Da Companhia

Perfis De Relacionado Companhia

- * [Geo. A. encanamento de Morlan e dispositivo Co.](#)
- * [Kafflex](#)
- * [Sewer Rodding Equipamento Companhia Inc.](#)



A Laeta D.T.V.M. foi fundada em 1964 e adquirida pelo seu atual controlador em 1992.

Com ampla experiência na intermediação de títulos da dívida pública brasileira.

Dispõe de uma estrutura completa e de profissionais altamente gabaritados para atender qualquer necessidade.

O que nos torna uma das mais renomadas distribuidoras de títulos e públicos do mercado brasileiro, estando no ranking das 20 distribuidoras mais rentáveis do Jornal Valor Econômico e da Gazeta Mercantil.

Estamos posicionados na **BMF** como uma corretora ágil e moderna pronta para atender todas as suas necessidades.

Disponibilizamos a nossos clientes um atendimento exclusivo e personalizado, proporcionando assim um atendimento sob medida.

LAETA S/A

Av. Dr. Cardoso de Melo, 1666 - 1º andar - Cep: 04548-005
São Paulo-SP Brasil
Tels.: 55 11 3849-9033 Fax: 55 11 3045-1090
E-mail: contato@laeta.com.br





FLUXO DE DINHEIRO

A comparação entre as retiradas de dinheiro no Banco Rural e as remessas para a offshore de Duda no exterior

DATA SAQUE	VALOR SACADO (R\$)	DATA DEPÓSITO	VALOR REMESSA (R\$)
11/3/2003	300.000	12/3/2003	300.000
12/3/2003	300.000	13/3/2003	300.000
14/3/2003	300.000	17/3/2003	300.000
17/3/2003	300.000	18/3/2003	300.000
19/3/2003	300.000	20/3/2003	300.000
21/3/2003	300.000	24/3/2003	300.000
24/3/2003	300.000	25/3/2003	300.000
26/3/2003	300.000	27/3/2003	300.000
28/3/2003	300.000	31/3/2003	300.000
23/4/2003	300.000	23/4/2003	300.000
25/4/2003	300.000	25/4/2003	300.000
28/4/2003	300.000	28/4/2003	300.000
29/4/2003	250.000	29/4/2003	80.000
29/4/2003	250.000	29/4/2003	220.000
30/4/2003	300.000	30/4/2003	300.000
		1/5/2003	300.000
2/5/2003	300.000	2/5/2003	300.000
5/5/2003	300.000	5/5/2003	300.000
6/5/2003	250.000	6/5/2003	250.000
6/5/2003	250.000	7/5/2003	300.000
7/5/2003	300.000	7/5/2003	300.000
7/5/2003	100.000	8/5/2003	300.000
8/5/2003	250.000	8/5/2003	250.000
9/5/2003	300.000	9/5/2003	300.000
12/5/2003	300.000	12/5/2003	300.000
13/5/2003	250.000	13/5/2003	250.000
14/5/2003	300.000	14/5/2003	300.000
15/5/2003	250.000	15/5/2003	250.000
16/5/2003	300.000	16/5/2003	300.000
19/5/2003	100.000	19/5/2003	300.000
21/5/2003	200.000	21/5/2003	200.000
23/5/2003	200.000	23/5/2003	200.000
		16/6/2003	400.000
		3/7/2003	220.000
16/7/2003	152.654	17/7/2003	220.000
		22/7/2003	220.000
		26/7/2003	100.000
30/7/2003	90.000	29/7/2003	90.000
31/7/2003	60.000	30/7/2003	60.000
6/8/2003	200.000	4/8/2003	220.000

FONTE: ELABORADO A PARTIR DOS RELATÓRIOS DA CPI DOS CORREIOS

ARTESTADO

s, mas não mexeu no dinheiro

ro dos depósitos se originou no Brasil e, a partir de dólares, foi irrigado para contas no exterior até chegar à Trade Link e a outras offshores que ordenaram as transferências para a Dusseldorf. Nesse tipo de operação de câmbio negro o dinheiro não deixa fisicamente o país. Apenas é compensado por uma quantia equivalente de moeda estrangeira que deseja ser internalizada no país sem deixar rastro nem pagar tributos.

De acordo com Lorenzoni, outra contradição na versão de Duda é ele ter dito que cedeu às pressões para abrir a offshore

porque estava devendo a fornecedores e precisava do dinheiro mas, quando recebeu, não o movimentou. Os US\$ 3,25 milhões continuam no Boston de Miami, segundo o próprio Duda.

A CPI também investiga se a Dusseldorf não foi aberta antes de 2003 ou se o publicitário baiano já não tinha outra offshore no exterior desde quando trabalhava para o ex-prefeito Paulo Maluf, que tinha dinheiro em diversos paraísos fiscais.

A identificação dos donos de uma offshore é difícil porque essas empresas têm seu sigilo protegido pela legislação dos para-

is fiscais. Mas um detalhe dos recibos chamou a atenção. Em duas oportunidades, o dinheiro partiu da Deal Financial Corporation, offshore com sede em Tortola, uma das Ilhas Virgens Britânicas. Essa offshore é representada no Brasil por Sérgio Moraes, que tem escritório em Belo Horizonte e é muito conhecida dos procuradores que investigaram o MTB Bank, uma das maiores lavanderias de dinheiro do mundo, por suas conexões com o suposto esquema montado por Maluf. O Estado tentou ouvir Duda, mas não obteve retorno. •

RQS nº 03/2005 - CN -
 CPMI - CORREIOS
 Fls. Nº 74
 Doc: 3566

Em cima da hora

Brasil

Mundo

Dinheiro

Cotidiano

Esporte

Ilustrada

Informática

Ciência

Educação

Galeria

Manchetes

Especiais

Erramos

BUSCA

Buscar

CANAIS

Almanaque

Ambiente

Bate-papo

Equilíbrio

Folhainvest em Ação

FolhaNews

Fovest

Guia da Folha

Horóscopo

Ooops!

Pensata

Turismo

SERVIÇOS

Arquivos Folha

Assinaturas

Banking

Classificados

Fale com a gente

Folha Online Móvel

FolhaShop

Loterias

Mapas

Sobre o site

Tempo

JORNALS E REVISTAS

Folha de S.Paulo

Revista da Folha

08/09/2005 - 20h30

Senador diz ter denúncia sobre conexão de Valério com Banco Santos

da Folha Online

Publicidade

O membro da CPI dos Correios, senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apresentou nesta quinta-feira uma série de documentos sobre a corretora de valores mobiliários PDR, com sede em Campo Grande (MS). A empresa, segundo ele, teria funcionado como "laranja" do Banco Santos em aplicações irregulares no mercado financeiro. As denúncias foram apresentadas, segundo o senador, por um dos sócios da PDR, Paulo Gustavo Arruda de Freitas.

O parlamentar disse que Paulo Gustavo lhe relatou que o Banco Santos utilizava a corretora para repassar dinheiro a outras instituições que, supostamente, pagavam o Banco Santos em contas no exterior e recebiam o mesmo valor, em reais, no Brasil. Nos documentos apresentados pelo sócio da PDR, segundo Dias, a empresa seria uma intermediária na distribuição de recursos que totalizam cerca de R\$ 260 milhões.

Na documentação que Dias afirmou ter recebido está uma lista de pessoas físicas e jurídicas que teriam sido favorecidas pelas transferências eletrônicas. Entre os supostos beneficiados estão instituições investigadas como possíveis participantes do esquema de transferência financeira, montado pelo empresário Marcos Valério Fernandes de Souza. Entre elas, figuram a corretora Bonus Banval, a empresa Schaim Engenharia e a RS Administração e Construção Ltda.

Na opinião do senador Álvaro Dias, é importante que a CPI dos Correios convoque Paulo Gustavo e representantes do Banco Santos para esclarecerem as operações com a PDR. "É um trambique com proporções impressionantes e ligações com o 'valerioduto'".

Com Agência Brasil

Especial

- [Leia o que já foi publicado sobre Álvaro Dias](#)
- [Leia a cobertura completa sobre a CPI dos Correios](#)

DESTAQUES

PT: Líder quer agilizar volta de Severino de Nova York

Correios: Maurício Marinho é demitido por justa causa

Base aliada: Deputados pedem investigação sobre Severino

Dirceu: Defesa pede retificação de relatório parcial das CPIs

Comunicar erros

Enviar por e-mail

Imprimir

Grupos de discussão

CUF

Enç

Dei

Ti
Of
R\$Fo
15
GRHC
Es
OffVT
Me
MeBl
No
CoST
JA
USNe
Se,
agFu
Co
proSt
Co
proEc
Cu
cer

MONITOR DAS FRAUDES

LAVAGEM DE DINHEIRO E SEUS PERIGOS

AS ETAPAS DA LAVAGEM

Vai ao Fim

1) COLOCAÇÃO

Este é o primeiro passo do processo. A lavagem é uma atividade que lida com muito dinheiro em espécie, gerado por atividades ilícitas como, por exemplo, a venda de drogas nas ruas. Este dinheiro é colocado no sistema financeiro ou na economia de varejo ou ainda é contrabandeado fora do país de origem. A necessidade primaria dos lavadores é de remover o dinheiro do seu local de aquisição, para limitar o perigo que as autoridades detectem a atividade que o gerou, e depois transformar este dinheiro em outras formas como traveller cheques, cheques correio, títulos ao portador, saldo em contas correntes, bens de alto valor, obras de arte etc...

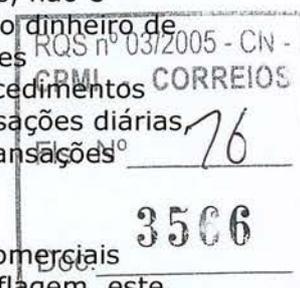
O objetivo final desta etapa é fazer com que o dinheiro em espécie seja transformado em outra forma de valor, idealmente em depósito em uma conta bancaria ou outro ativo financeiro líquido, para que possa se passar a fase sucessiva do processo de lavagem.

2) ESTRATIFICAÇÃO, DIFUSÃO ou CAMUFLAGEM

Com a estratificação, difusão ou camuflagem, há a primeira tentativa de encobrimento ou disfarce profundo da fonte do dinheiro criando camadas complexas de transações financeiras e/ou comerciais projetadas para disfarçar o rastro de origem e prover anonimato. O propósito da camuflagem ou estratificação é de desassociar o dinheiro ilegal da fonte do crime criando uma teia complexa de transações financeiras e/ou comerciais com o propósito de dificultar a identificação de qualquer rastro por parte de investigadores e caçadores e ao mesmo tempo esconder a verdadeira fonte e propriedade dos fundos e criar uma nova justificativa "limpa" para a origem dos mesmos.

Tipicamente "camadas de camuflagem" são criadas transferindo, por meio de transferências eletrônicas, o dinheiro dentro e fora de contas bancarias off-shore abertas, em países diferentes, em nome de sociedades de fachada com ações ao portador. Dado que há mais de 500,000 operações de transferência eletrônica por dia - representando mais de USD 1 trilhão - a nível mundial, a grande maioria das quais legítimas, não é possível (ou pelo menos não é nada fácil) distinguir as transações envolvendo dinheiro de origem ilícita das outras. Isso fornece um meio eficiente para que os lavadores movimentem o dinheiro sujo. Outras formas usadas pelos lavadores são procedimentos complexos com ações, commodities e futuros. Dado o volume global de transações diárias e o alto grau de anonimato freqüentemente disponível, as chances que as transações sejam localizadas é bem pequena quando não insignificante.

Os lavadores têm ainda a possibilidade de utilizar determinadas operações comerciais (compras e vendas de produtos entre países diferentes) nas etapas de camuflagem, este ultimo sistema com suas numerosas variantes parece estar na moda atualmente. Uma desta variantes merece menção por representar uma tendência em ascensão. Uma empresa ou entidade estrangeira contata uma industria, comerciante ou trader (muitas vezes de commodities) e fecha um grande contrato de compra com relativo pagamento a vista (vindo de algum paraíso fiscal), sucessivamente, e conforme clausula prevista no contrato, esta empresa resolve anular a compra e pede a devolução do pagamento, menos



eventuais multas, para uma outra conta em um país "não suspeito". Como variante a empresa simplesmente cede/vende com algum deságio o contrato de compra (em vez de anular-lo com multa) para algum operador do setor, tipicamente em países do primeiro mundo, recebendo o pagamento relativo via banco em "país não suspeito".

3) INTEGRAÇÃO

A fase final do processo, freqüentemente interligada ou as vezes sobreposta a etapa anterior. É nesta fase que o dinheiro é definitivamente integrado no sistema econômico e financeiro e é assimilado com todos os outros ativos existentes no sistema. A integração do "dinheiro limpo" na economia é realizada pelo lavador que, através das etapas anteriores, faz com que este dinheiro apareça como se tivesse sido ganho legalmente. Nesta fase, é sumamente difícil distinguir riqueza legal e ilegal.

Métodos populares entre os lavadores nesta fase do jogo:

1 - estabelecimento de companhias anônimas em países onde é garantido o sigilo. Eles podem então se conceder empréstimos baseados no dinheiro lavado, que forma parte do capital da companhia, no curso de futuras transações legais. Além disso, para aumentar lucros, vão também reivindicar dedução de imposto nos reembolsos do empréstimo e dos juros que eles mesmos se pagarão.

2 - enviando falsas notas de exportação/importação e sobrefaturando os bens os lavadores conseguem movimentar o dinheiro de uma companhia e país para outro com as faturas que servem para confirmar e ocultar a origem do dinheiro colocado em instituições financeiras. (Este método pode ser usado também na fase de camuflagem).

3 - um método mais simples é transferir o dinheiro (por Transferência Eletrônica) de um banco possuído ou controlado pelos lavadores para um banco internacional legítimo e "limpo". Esta operação é simples porque bancos off-shore podem facilmente ser comprados em muitos paraísos fiscais (veja seção sobre fraudes com bancos fantasmas).

4 - existe toda uma série de operações imobiliárias, partindo de incorporações para a simples operações de compra e venda de imóveis, que se prestam muito bem a operações de integração de recursos lavados. As autoridades sabem disso e por isso em vários países determinadas operações devem ser declaradas.

5 - o estabelecimento de vários tipos de atividades financeiras é também muito usado. Em particular são freqüentemente apreciados, pelos lavadores, investimentos em financeiras (para fazer empréstimos) e em companhias de resseguros. Obviamente bancos e seguradoras são também interessantes. Empresas que se ocupam de trading de commodities são também apreciadas e ultimamente estão ficando na moda.

A maneira em que são executadas as etapas básicas descritas anteriormente depende sobretudo da disponibilidade de mecanismos e canais de lavagem e de brechas legais mas também depende das necessidades específicas das organizações criminais. Esta tabela fornece alguns exemplos típicos.

Etapa da Colocação	Etapa da Camuflagem	Etapa da Integração
Dinheiro depositado em banco (às vezes com a cumplicidade de funcionários ou misturado a	Transferência Eletrônica no exterior (freqüentemente usando companhias escudo ou fundos mascarados	Devolução de um falso empréstimo ou notas forjadas usadas para encobrir dinheiro lavado.



dinheiro lícito).	como se fossem de origem lícita).	
Dinheiro exportado.	Dinheiro depositado no sistema bancário no exterior.	Teia complexa de transferências (nacionais e internacionais) fazem com que rastrear a origem dos fundos seja virtualmente impossível.
Dinheiro usado para comprar bens de alto valor, propriedades ou participações em negócios.	Revenda dos bens/patrimônios.	Entrada pela venda de imóveis, propriedades ou negócios legítimos aparece "limpa".

Esta é uma pequena seleção de sistemas usados para "limpar" o dinheiro sujo. Seria possível escrever sobre vários outros sistemas mas se deve levar em conta que todos os esquemas sobre os quais se escreve, por definição, já foram descobertos e por isso estão, ou logo estarão, em baixa entre os criminosos. Com certeza muitos novos sistemas estão sendo usados agora sem ainda terem sido desmascarados. Porém, estes esquemas "antigos", ou variantes inovadoras dos mesmos, ainda estão sendo usados em negócios dos quais ninguém desconfia e, embora as autoridades conheçam estes sistemas, poucas pessoas comuns os conhecem ou até mesmo tem acesso a este tipo de informação.

[Pagina Anterior](#)[Pagina Principal](#)

Copyright (C) 2000-2005 by Lorenzo Parodi - Todos os Direitos Reservados

